



Prefeitura Municipal de Piraí do Sul

Estado do Paraná

LEI N.º 1422/2005

SÚMULA: Institui o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

A CAMARA MUNICIPAL DE PIRAI DO SUL, ESTADO DO PARANÁ DECRETOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º: Fica instituído o Conselho Municipal do Idoso, como órgão colegiado de deliberação, consulta e orientação do Poder Executivo Municipal, nas suas atividades administrativas atinentes as diretrizes e objetivos constantes no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03 de 01.10.03).

Artigo 2º: O Conselho Municipal do Idoso (CMI) será composto por dez (10) membros, todos na qualidade de idoso, conforme dispõe a lei, ou seja, com idade igual ou superior a sessenta (60) anos, a saber:

- 1.- Um representante da Pastoral Católica da Terceira Idade;
- 2.- Um representante dos Clubes da Terceira Idade ou similar;
- 3.- Um representante dos funcionários públicos municipais inativos.
- 4.- Um representante dos funcionários públicos estaduais aposentados, residentes no Município.
- 5.- Um representante da Conferência Vicentina de Piraí do Sul-Pr.;
- 6.- Um representante das demais entidades de Assistência Social do Município;
- 7.- Um representante das Associações Populares Rurais do Município;
- 8.- Um representante das Associações Populares Urbanas do Município;
- 9.- Um representante dos profissionais de saúde do Município;
- 10.- Um representante dos advogados do Município.

§ único: Os representantes referidos acima, bem como seus suplentes, serão indicados pelas respectivas entidades, mediante livre escolha.

Artigo 3º: O Poder Executivo Municipal, nomeará por Decreto a composição do Conselho Municipal do Idoso, bem como a sua mesa diretiva, composta por Presidente, Secretário e Tesoureiro, com mandato de dois (02) anos, permitida a recondução.



Prefeitura Municipal de Piraí do Sul

Estado do Paraná

Artigo 4º: Compete ao Conselho Municipal do Idoso (CMI):

- 1.- Zelar pela garantia do direito à liberdade, respeito e dignidade do idoso:
- 2.- Zelar pela garantia do direito à saúde, educação, cultura, esporte e lazer do idoso:
- 3.- Zelar pela garantia do direito à profissionalização, trabalho e previdência social do idoso:
- 4.- Zelar pela garantia do direito à assistência social, habitação e transporte do idoso:
- 5.- Promover as medidas necessárias de proteção aos direitos do idoso:
- 6.- Promover políticas de atendimento digno ao idoso:
- 7.- Fiscalizar as entidades de atendimento ao idoso:
- 8.- Praticar enfim todos os demais atos necessários ao fiel e cabal cumprimento do Estatuto do Idoso.

Artigo 5º: Os membros do Conselho Municipal do Idoso não serão remunerados e as suas atividades serão consideradas relevantes ao bem estar dos idosos.

Artigo 6º: Esta Lei entrará em vigor nesta, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em 10 de maio de 2005.



VALENTIM ZANELLO MILLEO
Prefeito Municipal